

O que é cultura? Reflexões para uma sociedade (pós-)pandêmica

*José Ricardo Vitória
Magnus Luiz Emmendoerfer*

D

desde 1988, a cultura passa a ser considerada um direito, inclusive relacionado aos direitos humanos fundamentais no Brasil.

Este trabalho contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq – Processo 309363/2019-5), da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig – Processo PPM-00049-18) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes – Financiamento 001).

JOSÉ RICARDO VITÓRIA é produtor cultural, arte-educador e pesquisador do Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTeC) do Núcleo de Administração e Políticas Públicas (NAP2) da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

MAGNUS LUIZ EMMENDOERFER é professor do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da UFV e coordenador do Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTeC) do Núcleo de Administração e Políticas Públicas (NAP2) da UFV.

Porém, na prática, esta teoria parece ser diferente, uma vez que nem todas as pessoas têm condições equitativas de acesso ou provimento de bens e serviços culturais, apesar de o Estado indicar garantir isso em sua Constituição.

Antes da pandemia de covid-19, foi observado um progressivo desmonte dos arranjos públicos institucionais no setor cultural e retrações no fomento das atividades culturais. Os motivos dessa retração por parte dos governos que representam o Estado em ação são diversos, incluindo crises fiscais, ambientais, políticas e econômicas, além dos efeitos da pandemia que têm afetado os setores culturais e criativos nas cidades (Emmendoerfer; Fioravante, 2021). Frente a isso, resgatar e refletir sobre os sentidos da cultura em uma sociedade pós-pandêmica, ou seja, após a instauração mundial da covid-19 como pandemia reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020), revela-se algo relevante no contexto brasileiro.

Definir cultura não é tarefa simples. O termo evoca interesses multidisciplinares, sendo estudado em áreas como sociologia, antropologia, história, comunicação, administração, economia, entre outras. Em cada uma dessas áreas, é trabalhado a partir de distintos enfoques e usos, sendo que parte dessa complexa distinção semântica se deve ao próprio desenvolvimento histórico do termo, resultando em vários conceitos que, às vezes, são contraditórios. Isso torna “cultura” um dos termos principais nas ciências humanas, a ponto de a antropologia se constituir como ciência quase somente em torno desse conceito (Canedo, 2009).

O presente trabalho surge da inquietação gerada ao ouvir a seguinte questão

norteadora: “o que é cultura?”. Não é o problema de se definir cultura em um trabalho ou artigo acadêmico, nos quais se estabelece a área que se deseja trabalhar e se aplicam os conceitos pertinentes àquele campo. Aqui é colocada a inquietude sobre o que responder de imediato a alguém – a um leigo, por exemplo – que perguntasse o que é cultura. Não obstante, esta resposta, mesmo ainda incompleta, não deve causar contradição entre os inúmeros conceitos e definições de cultura existentes. Dessa forma, após vários anos atuando no meio cultural e estudando sobre cultura, em um momento de reflexão surgiu a seguinte proposição: enquanto grupo e/ou sociedade, *cultura é tudo aquilo que cultivamos e/ou tudo aquilo pelo qual somos cultivados.*

A partir dessa afirmativa, este ensaio (Burgoon, 2001) foi desenvolvido. Para isso, são apresentados os significados e origens do termo em que a palavra “cultivar” é usada (por vezes, em seu sentido lato e, por outras, de forma metafórica) para ilustrar o que está sendo proposto. Posteriormente argumenta-se a afirmativa a partir de alguns teóricos que estudaram e desenvolveram suas próprias definições de cultura. Assim, buscou-se mostrar que, independente da definição dada à cultura, essa pode ser incluída na afirmativa supracitada.

ANTECEDENTES, APROXIMAÇÕES E DIFERENÇAS NAS DEFINIÇÕES DE CULTURA

Ao procurarmos nos dicionários o significado e origem do termo “cultivar”, encontramos uma variedade de significa-

dos e sinônimos, cada qual com algumas variações. O dicionário *Michaelis* (2021) define “cultivar” como: 1) Na agricultura: preparar a terra, removendo-a, fertilizando-a e regando-a; amanhar, lavrar. Fazer o cultivo de determinadas plantas ou espécies vegetais; desenvolver a agricultura. 2) Criar algo artificialmente com o emprego de técnicas especiais. 3) Criar animais. 4) Desenvolver aptidões físicas, intelectuais ou morais. 5) Dar a alguém ou a si mesmo um bom nível de educação e erudição; educar(-se), formar(-se). 6) Criar ou passar a ter algo. O *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (2021) define cultivar como: verbo transitivo. 1) Preparar e cuidar da terra para que produza. 2) [Por extensão] Aplicar-se ao desenvolvimento de. 3) Dedicar-se a ou como verbo pronominal. 4) Desenvolver-se; aperfeiçoar-se. Ainda foram encontradas outras definições, todavia, todas giram em torno dos mesmos sentidos aqui expostos. Na maioria dos casos, sua etimologia está relacionada ao latim medieval *cultivàre*, ou variações em outras línguas.

Segundo Bosi (2008), “cultura” exprime a ideia de compartilhamento de conhecimentos e valores entre gerações, instituições e territórios, subsistindo sempre a ideia de algo estabelecido em um passado – que pode ser próximo ou remoto. Dessa forma, “cada vez mais a dimensão cumulativa, de passado, se impõe, e nossa memória tem que ficar cada vez mais enriquecida, porque o tempo passa e a memória cresce proporcionalmente” (Bosi, 2008). Todavia o autor enfatiza que etimologicamente a palavra “cultura” tem um sentido de futuro, que é a dimensão do projeto. As palavras terminadas em

-uro e -ura são formas verbais de indicar projeto, algo que pode acontecer. Por sua vez, o termo “cultura” tem origem no verbo *colo*, em latim, que significava “eu cultivo”, especificamente, “eu cultivo o solo”. A primeira acepção de *colo* estava ligada ao mundo agrário, pois os antigos romanos começaram efetivamente pela agricultura. Assim, o termo “cultura” envolvia “aquilo que deve ser cultivado”. Era um modo verbal que tinha sempre alguma relação com o futuro; tanto que a própria palavra tem essa terminação -ura, que é uma desinência de futuro, daquilo que vai acontecer, da aventura. Então a cultura seria, basicamente, o campo a ser arado, na perspectiva de quem vai trabalhar a terra (Bosi, 2008).

Os romanos colonizaram a Grécia e tiveram muita influência da cultura grega, mas não queriam usar os termos gregos. Assim, na busca de uma palavra que substituísse a *paideia*, que significava o “conjunto de conhecimentos que devia ser transmitido às crianças” (*paidós*), os romanos passaram a usar a palavra “cultura”, que anteriormente tinha um sentido puramente material, em relação à vida agrária, para um sentido intelectual e moral, indicando um conjunto de ideias e valores (Bosi, 2008).

De acordo com Crespi e Cardoso (1997), os gregos, ao utilizarem o conceito de *paideia*, consideravam “culto” o indivíduo que, assimilando os conhecimentos e valores socialmente transmitidos, conseguisse traduzi-los em qualidades pessoais. Este mesmo conceito é igualmente usado na Roma antiga sob o termo “cultura”, que indicava inicialmente a ação de cultivar a terra e criar o

gado – para Crespi e Cardoso (1997), a palavra “cultura” deriva do latim *colere*. O termo foi sucessivamente alargado, em sentido metafórico, até a “cultura do espírito”. Esse termo humanista foi amplamente usado pelos filósofos Cícero e Horácio e posteriormente retomado por Santo Agostinho, sendo possivelmente o que melhor corresponde ao conceito grego de *paideia*, um modo de cultivar o espírito. A utilização, em sentido figurado, do termo “cultura” veio a alargar-se ulteriormente até incluir, além do cultivar das próprias faculdades espirituais, também o da língua, da arte, das letras e das ciências (Crespi; Cardoso, 1997).

A partir da consolidação do Iluminismo, no século XVIII, o significado do termo “cultura” é alargado, integrando o patrimônio universal dos conhecimentos e valores formativos ao longo da história da humanidade, e, como tal, é aberto a todos, constituindo, enquanto depósito da memória coletiva, uma fonte constante de enriquecimento da experiência. Contudo, é nesse período que igualmente se afirma o conceito de “civilidade ou civilização, exprimindo o refinamento cultural dos costumes, em oposição à pretensa barbárie das origens ou a dos povos considerados não civilizados” (Crespi; Cardoso, 1997, p. 15). No Iluminismo, a cultura é uma forma de avaliar o quanto uma sociedade é civilizada. Dessa forma a cultura passa a ser percebida como um conjunto de práticas artísticas, científicas e filosóficas que permite a existência de uma hierarquização dos valores de cada indivíduo ou classe na sociedade. Assim, a cultura passa a ser associada ao progresso: “[...] avalia-se o progresso de uma civilização

pela sua cultura e avalia-se a cultura pelo progresso que traz a uma civilização” (Chauí, 2008, p. 55). O modelo que servia como referência aos iluministas era o da cultura capitalista da Europa ocidental, em que os processos de exploração e dominação eram justificados e legitimados ao se usar parâmetros de avaliação e hierarquização da cultura (Chauí, 2008). A partir da França, o termo “civilização” estende-se rapidamente à Inglaterra (*civilization*), enquanto na Alemanha é, sobretudo, a palavra *Kultur* que assume um significado análogo (Crespi; Cardoso, 1997).

Por sua vez, a palavra “culto” vem do particípio passado de *colo*: *cultus*, que é aquilo que já foi trabalhado. Depois, passou a ter um sentido espiritual/religioso, ou o contrário – não se sabe ao certo se o significado religioso foi anterior ou posterior ao significado material. Contudo, “cultura” passou de um significado material para um significado ideal e intelectual (Bosi, 2008).

Assim, a gênese do conceito de cultura em termos científicos tem, por um lado, a transformação do significado de cultura, ocorrida no século XVIII, de formação do espírito para um conjunto objetivo de representações, modelos de comportamento, regras e valores enquanto patrimônio comum realizado ao longo da evolução histórica e, por outro lado, a nova consciência que se distingue do caráter histórico – relativo às diversas configurações culturais, conforme o tipo de sociedade e as diferentes épocas (Crespi; Cardoso, 1997, p. 16). Tais observações etimológicas são necessárias ao observarmos que ambos os significados sobreviveram nas línguas modernas. Pode-se falar em cul-

turas do arroz, da soja, do trigo, entendendo-se que é uma terra cultivada; mas, com frequência, tem-se usado a palavra “cultura” na acepção ideal, que é muito rica, porque traz dentro de si, na forma verbal terminada em -ura, as ideias de projeto e de futuro (Bosi, 2008).

PLURALIDADES NAS DEFINIÇÕES DE CULTURA

Rapport (2014) argumenta que a cultura pode ser vista de maneira contrastante quando discutida sob os pontos de vista singular e plural. O ponto de vista singular é parecido com o dos iluministas, no sentido progressista e desenvolvimentista, em que, quanto mais a criatividade e a racionalidade são cultivadas, mais cultas são as sociedades. Assim, “os seres humanos se tornaram mais ‘cultivados’ à medida que progrediam ao longo do tempo intelectualmente, espiritualmente e esteticamente” (Rapport, 2014, p.19). Por outro lado, culturas vistas como algo plural – ponto de vista da antropologia moderna – expressam-se apenas como diferentes e não como superiores, em que cada povo cultiva aquilo que acredita ser o melhor modo de viver. Assim, “cada cultura pertence a um modo de vida específico, historicamente contingente, que foi expressa através de seu conjunto específico de artefatos, instituições e padrões de comportamento” (Rapport, 2014, p. 20).

Uma das concepções de cultura mais difundidas é sintetizada por Edward Burnett Tylor (1832-1917), o primeiro a formular o conceito de cultura do ponto de vista antropológico, em 1871, marcando

o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de transmissão biológica: “[cultura] tomada em seu amplo sentido etnográfico, é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (Laraia, 2001, p. 25). Nesse sentido, os conhecimentos são cultivados pelos ensinamentos dos pais e familiares, pelo que se ensina nas escolas, ou pelas várias outras formas através das quais adquirimos conhecimento ao longo de nossas vidas.

As crenças existem porque foram cultivadas ao longo do tempo por outras pessoas, passando de geração em geração. Uma pessoa só é cristã, muçulmana ou judia se alguém lhe ensinou e ela foi por um longo tempo cultivada por esses ensinamentos. Mesmo que sua “conversão” seja tardia, só ocorreu porque, em algum momento, a pessoa foi cultivada por aquela ideologia, seja por outras pessoas ou pelo conhecimento adquirido dos “livros sagrados”.

A moral é reflexo daquilo que a sociedade cultiva ao longo da história, assim como as leis são reflexos dos parâmetros morais e éticos construídos (cultivados) ao longo do tempo. Dessa forma, tanto as leis quanto o que é considerado moral e/ou ético são mutáveis e passíveis de serem revistos e recultivados, assim como as definições de cultura.

Quanto à arte, podemos destacar dois pontos: de preservação e de ruptura. O primeiro vem no sentido de cultivar aquilo que é tradicional, e por meio da arte pode-se despertar o interesse dos mais jovens (bem como dos mais velhos) e transmitir tradições e conhecimentos

apreendidos por determinado povo. Já o sentido de ruptura está vinculado ao papel da arte de cultivar novos pensamentos, gerar novas reflexões, despertar novos sentimentos nos demais, como se cultivasse um novo “cultivar” – como expresso na agricultura. Nesse sentido, Bourdieu (2007, p. 11) afirma que:

“A intenção pura do artista é a de um produtor que pretende ser autônomo, ou seja, inteiramente dono do seu produto, que tende a recusar não só os ‘programas’ impostos *a priori* pelos intelectuais e letrados, mas também com a velha hierarquia do fazer e do dizer, as interpretações acrescentadas *a posteriori* sobre sua obra: a produção de uma ‘obra aberta’, intrínseca e deliberadamente polissêmica, pode ser assim compreendida como o último estágio da conquista da autonomia artística pelos poetas e – sem dúvida, a sua imagem – pelos pintores, que, durante muito tempo, permaneceram tributários dos escritores e de seu trabalho de ‘fazer-ver’ e de ‘fazer-valer’. Afirmar a autonomia da produção e conferir o primado àquilo de que o artista é senhor, ou seja, a forma, a maneira e o estilo, em relação ao ‘indivíduo’, referente exterior, por onde se introduz a subordinação a funções – ainda que se tratasse da mais elementar, ou seja, a de representar, significar e dizer algo. E, ao mesmo tempo, recusar o reconhecimento de qualquer outra necessidade além daquela que se encontra inscrita na tradição própria da disciplina artística considerada; trata-se de passar de uma arte que imita a natureza para uma arte que imita a arte, encontrando, em sua história própria, o princípio exclusivo de

suas experimentações e de suas rupturas, inclusive, com a tradição”.

Outro sentido muito comumente atribuído à palavra “cultura” é aquele que a define como produção artística e intelectual. Assim, podemos falar de cultura erudita, cultura popular, cultura de massa, ou seja, todas as expressões que designam conceitos específicos para a produção intelectual de determinados grupos sociais (Silva; Silva, 2009). Segundo Cunha (2003), esse sentido costuma ser encontrado no âmbito do poder público em suas organizações (ministérios e secretarias de Cultura), nos meios de comunicação, em instituições educativas e em mercados de arte e de entretenimento.

Com esse enfoque, Bourdieu (2007) indica a existência de uma ideologia carismática onde os gostos, em matéria de cultura legítima, são considerados um dom da natureza. Contudo, a observação científica mostra que as necessidades culturais são produto da educação e por isso devem ser cultivadas. Com isso, as famílias mais abastadas têm melhores condições de consumirem e usufruírem dos bens culturais, bem como cultivar em seus sucessores novas necessidades culturais. Condições essas que as famílias menos afortunadas não possuem, podendo cultivar nos seus descendentes apenas aquilo que lhes foi oferecido (cultivado) anteriormente.

“A pesquisa estabelece que todas as práticas culturais (frequência a museus, concertos, exposições, leituras etc.) e as preferências em matéria de literatura, pintura ou música estão estreitamente associadas ao nível de instrução (avaliado pelo diploma escolar ou

pelo número de anos de estudo) e, secundariamente, à origem social. O peso relativo da educação familiar e da educação propriamente escolar (cuja eficácia e duração dependem estreitamente da origem social) varia segundo o grau de reconhecimento e ensino dispensado às diferentes práticas culturais pelo sistema escolar; além disso, a influência da origem social, no caso em que todas as outras variáveis sejam semelhantes, atinge seu auge em matéria de cultura livre ou de cultura de vanguarda” (Bourdieu, 2007, p. 9).

O conceito de cultura contemplado nas obras de Marilena Chauí é entendido como algo próprio do ser humano: o conjunto de atividades e costumes humanos que tem ligação com o meio em que ele vive.

“[...] Em sentido amplo, cultura é o campo simbólico e material das atividades humanas, estudada pela etnografia, etnologia e antropologia, além da filosofia. Em sentido restrito, isto é, articulada à divisão social do trabalho, tende a identificar-se como a posse de conhecimentos e habilidades e gostos específicos, com privilégios de classe, e leva à distinção entre cultos e incultos, de onde partirá a diferença entre cultura letrada erudita e cultura popular” (Chauí, 1986, p. 14).

“[...] A partir de então, o termo cultura passa a ter uma abrangência que não possuía antes, sendo agora entendida como produção e criação da linguagem, da religião, da sexualidade, dos instrumentos e das formas do trabalho, das formas da habitação, do vestuário e da culinária, das expressões de lazer, da música, da

dança, dos sistemas de relações sociais, particularmente os sistemas de parentesco ou a estrutura da família, das relações de poder, da guerra e da paz, da noção de vida e morte. A cultura passa a ser compreendida como o campo no qual os sujeitos humanos elaboram símbolos e signos, instituem as práticas e os valores, definem para si próprios o possível e o impossível, o sentido da linha do tempo (passado, presente e futuro), as diferenças no interior do espaço (o sentido do próximo e do distante, do grande e do pequeno, do visível e do invisível), os valores como o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o justo e o injusto, instauram a ideia de lei e, portanto, do permitido e do proibido, determinam o sentido da vida e da morte e das relações entre o sagrado e o profano” (Chauí, 2008, p. 57).

As diferenças culturais são ressaltadas por Chauí (2008) indicando a importância de observar a pluralidade cultural de cada sociedade, e o quanto os “dominados” vivem em constante e dinâmica interação com a estrutura social e a cultura dominante, e não podem ser compreendidos como algo à margem ou isolado que deve ser superado por um suposto progresso. O reconhecimento de que cada cultura tem sua própria validade e coerência e não pode ser julgada a partir dos critérios que nos forem familiares, também conhecido como relativismo cultural, vai colocando as bases da difusa percepção de cultura. Assim, segundo Crespi e Cardoso (1997), gradualmente aumenta a consciência de que os conceitos utilizados na representação e interpretação da realidade dependem da diversidade dos lugares, bem como das

práticas de vida, que são resultado dos costumes historicamente estabelecidos e dos hábitos que, à primeira vista, eram extravagantes, podendo surgir como aceitáveis se for considerado o ambiente social no qual encontraram as suas origens.

CULTURA COMO PRÁTICAS, SOCIABILIDADES E ORIENTAÇÕES SIMBÓLICAS E MATERIAIS

Crespi e Cardoso (1997) notam que surgem diversos elementos no termo “cultura”, ressaltando, por um lado, a dimensão descritiva e cognitiva da cultura e, por outro, a prescritiva. A primeira dimensão evoca “as crenças e as representações sociais da realidade natural e social, ou as imagens do mundo e da vida, que contribuem para explicar e definir as identidades individuais, as unidades sociais, os fenômenos naturais”; já a segunda, um conjunto de valores que “indicam os objetivos ideais a perseguir, e de normas (modelos de ação, definição dos papéis, regras, princípios morais, leis jurídicas etc.) que indicam o modo segundo o qual os indivíduos e as coletividades devem comportar-se” (Crespi; Cardoso, 1997, p. 14).

Metaforicamente, podemos verificar que, apesar de o quilo do café ser mais caro que o do feijão ou do arroz no mercado, não podemos dizer que o café tem mais valor que os demais produtos. Ele apenas adquiriu um valor de troca ou, nesse caso, um valor financeiro maior que os dos outros, pela lei socioeconômica da oferta e da procura. Também não podemos dizer que uma cultura é

mais importante que outra, isso depende do que cada grupo ou sociedade cultiva para si e considera importante do seu ponto de vista.

Tudo aquilo pelo qual um dia fomos “cultivados” ganha novos significados ao longo de nosso crescimento, de nossa vida e, sem perceber ou saber ao certo quando isso acontece, passamos a ser não mais apenas cultivados, mas também cultivadores do que acreditamos ser importante. Quanto a isso, Crespi e Cardoso (1997, pp. 25-6) assinalam:

“Na prática, surge como confirmado o fato de que cada indivíduo nasce no seio de um contexto social já formado e de uma cultura específica que lhe é transmitida pelos adultos através da linguagem, dos hábitos alimentares, das expressões de afeto, das regras para a educação, das narrações interpretativas da vida e do mundo, da definição dos papéis e de tantos outros aspectos. Só num segundo momento o indivíduo consciente, através de uma elaboração pessoal dos significados que lhe foram transmitidos, e levando à prática a capacidade de negação, que inicialmente referimos, pode transformar tais significados até à produção de novos significados”.

Não obstante, tudo que é cultivado necessita de ferramentas para o cultivo. A cultura surge então como um conjunto polivalente, diversificado e frequentemente heterogêneo de representações, códigos, leis, rituais, modelos de comportamento, valores que constituem, em cada situação social específica, um conjunto de recursos, ou ferramentas, cuja função própria surge de acordo com as contingências (Crespi; Cardoso, 1997).

Um olhar parecido com o que aqui se coloca foi contemplado por Eagleton (2011). Para este autor, a cultura pode ser vista como um meio de autorrenovação constante da natureza e, assim, a própria natureza produz os meios de sua transcendência, sendo sempre, de uma maneira ou outra, cultural. As culturas, portanto, são construídas com base em uma incessante relação com a natureza ou o trabalho. Etimologicamente, “cultura” remete ao crescimento espontâneo, como em “cultivo agrícola”, e, portanto, cultural é aquilo que é mutável, formado por um material autônomo, dotado de certa obstinação advinda da natureza (Eagleton, 2011).

Por outro lado, “cultura” também é um conceito que envolve regras e promove uma interação entre a regulação e a não regulação. Não se deve, porém, interpretar toda ação como um seguimento de regra, pois tanto as regras como as culturas não são regidas estritamente por determinações, nem mesmo puramente aleatórias: envolvem a ideia de liberdade. Portanto, a ideia de cultura envolve uma dupla recusa: do determinismo orgânico e da autonomia do espírito, rejeitando o naturalismo (pois há algo na natureza que a excede e a anula) e o idealismo (pois mesmo o mais nobre agir humano tem raízes humildes na biologia e no ambiente natural). Dessa forma, é um termo descritivo e analítico, que compreende uma tensão entre fazer e ser feito, racionalidade e espontaneidade. Cultura alude ao contraste político entre evolução (orgânica e espontânea) e revolução (artificial e forçada), sugerindo como se poderia ir além desta antítese batida, ao combinar crescimento e cálculo,

liberdade e necessidade, à ideia de um projeto consciente e um excedente não planeável (Eagleton, 2011).

A cultura se volta, então, para duas direções opostas, indicando uma divisão dentro do próprio indivíduo, entre o que se cultiva e se refina, e aquilo de que se constitui a matéria-prima para esse refinamento. Como “cultura”, a palavra “natureza” significa tanto o que está ao nosso redor como o que se encontra em nosso interior, constituindo uma questão de autossuperação e de autorrealização. Nesse sentido, se somos seres culturais, também somos parte da natureza que trabalhamos. A cultura já deve representar um potencial dentro da natureza humana, se for para que vingue, mas a própria necessidade de cultura sugere que há algo faltando na natureza (Eagleton, 2011).

A cultura, mais do que a herança genética, determina o comportamento das pessoas e justifica suas realizações em seu contexto social. Por meio da cultura o ser humano é capaz de superar obstáculos e situações complicadas e modificar o seu hábitat, embora tal modificação nem sempre seja a mais favorável para a humanidade. Desse modo, a cultura pode ser definida como algo adquirido, aprendido e também acumulativo, resultante da experiência de várias gerações. Enquanto aprendiz, o ser humano pode sempre criar, inventar, mudar, podendo ser também um criador de cultura. Por isso, a cultura está sempre em processo de mudança, podendo, em muitos casos, ser modificada com muita rapidez e violência, dependendo dos processos a que for submetida. Dessa forma, o ser humano não é somente o produto da cul-

tura, mas igualmente produtor de cultura (Laraia, 2001).

Assim, poderíamos ter uma variedade de possibilidades para conceber ao menos uma noção de cultura que faça sentido. Pensada como um conjunto de ideias, valores e conhecimentos, o termo “cultura” envolve, em primeiro lugar, a dimensão do passado, aproximando-se da noção de patrimônio. Isso porque, a cada ano que passa, acumula mais conhecimentos que foram herdados de outras gerações. Contudo, ao voltarmos à etimologia, cada vez mais nos preocupamos com a dimensão de futuro, que é a dimensão do projeto. Logo, não basta que herdemos do passado todas essas riquezas, é preciso continuar aprofundando discussões como esta empreendida neste texto; se a cultura está sempre *in progress*, ela está sempre em fase de desvios, não é algo estabelecido para sempre. Na contemporaneidade, é importante direcionarmos nossas preocupações para criar projetos e políticas de cultura; além desta criação, os nossos ideais democráticos exigem socialização de conhecimentos. Dessa forma, “não só cavar na matéria em si da cultura, mas também estendê-la na linha da comunicação, na linha da socialização; e fazer com que este bem seja repartido, distribuído, da maneira mais justa e mais ampla possível, o que é próprio da sociedade democrática” (Bosi, 2008).

Através do exposto, vemos a cultura como aquilo que cultivamos, no sentido do que buscamos para o futuro, como projeto, e cultura como aquilo pelo qual somos cultivados, aquilo que nos foi transmitido ao longo dos tempos, no sentido de passado.

Uma cultura de café existe quando um agricultor a cultiva. E isso se aplica a qualquer cultivo agrícola. Quando um compositor cria uma música, ele pretende cultivar aquela mensagem ou sentimento transmitido pela música em outras pessoas. Assim como quando um ator ao encenar, ou um pintor, usa de seus recursos para transmitir algo. Eles estão fazendo cultura, ou seja, estão cultivando algo em alguém. Em contrapartida, uma plantação de arroz é uma cultura, porque ela foi cultivada. Quando consumimos algum bem cultural, aquilo é cultivado em nós. Todo ensinamento, crenças, modos de pensar e agir são considerados uma cultura, porque nos foram cultivados e os tornamos nossa cultura, assim como nós cultivamos aquilo para as gerações futuras, mesmo em situações de crises e de mudanças de hábitos, quando comparadas às situações, antes e depois, da instauração da pandemia de covid-19.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da questão norteadora deste artigo, observou-se que para se definir cultura há necessidade de se contemplar diversos elementos, inclusive em interseções, para ser completa, a depender de qual área esteja sendo discutida; de forma sintética, ela abrange todos os conceitos de cultura, incluindo os dos setores agrários e organizacionais.

Se pensarmos no campo das organizações, a partir dessa afirmação, poderemos refletir sobre o que é cultura organizacional (Schein, 2016); ou sobre quando ela é o que os proprietários ou acionistas

acreditam; ou, ainda, quando ela é um acumulado da cultura de seus colaboradores. Também no campo das organizações governamentais, pode-se questionar o papel da cultura nas políticas públicas; o que deve ser cultivado para que determinada política pública alcance seus objetivos; ou até o que as políticas públicas de cultura têm cultivado.

Não obstante, diante do exposto, acredita-se que, quando alguém for questionado sobre o que é cultura, pode-se responder sem aflição: enquanto grupo e/

ou sociedade, *cultura é tudo aquilo que cultivamos e/ou tudo aquilo pelo qual somos cultivados*. E, nesse sentido e na atual conjuntura brasileira, as interseções culturais se revelam essenciais, podendo ser cultivadas com base em valores virtuosos como a solidariedade democrática, de forma saudável, equitativa, inclusiva e resiliente. E se, com base nesse cultivo, tratarmos a cultura como prática, segundo Lewin (1952), seu conteúdo pode compor uma boa teoria para orientar nossas ações, instituições e políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- BOSI, A. "A origem da palavra cultura". *Liter&Art Brasil*. 2008. Disponível em: <https://panduguiha.wordpress.com/2008/11/24/alfredo-bosi-a-origem-da-palavra-cultura/>.
- BOURDIEU, P. *A distinção*. São Paulo, Edusp, 2007.
- BURGOON, J. K. "The challenge of writing the theoretical essay", in A. Alexander; W. J. Potter (eds.). *How to publish your communication research*. London, Sage, 2001, pp. 47-56.
- CANEDO, D. "Cultura é o quê? Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos". *Anais do Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador, Faculdade de Comunicação da UFBA, 2009.
- CHAUÍ, M. "Cultura e democracia". *Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales*, 1 (1). 2008, pp. 53-76.
- CHAUÍ, M. *Conformismo e resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 215. 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.06.2019/art_215_.asp.

- CRESPI, F.; CARDOSO, M. T. *Manual de sociologia da cultura*. Lisboa, Estampa, 1997.
- CUNHA, N. *Dicionário Sesc: a linguagem da cultura*. São Paulo, Perspectiva/Sesc-SP, 2003.
- EAGLETON, T. *A ideia de cultura*. 2ª ed. São Paulo, Unesp, 2011.
- EMMENDOERFER, M. L.; FIORAVANTE, A. S. A. "Desafios para uma cidade ser criativa em uma sociedade (pós)pandêmica: um estudo sobre Ouro Preto (MG), Brasil". *Brazilian Creative Industries Journal*, 1 (1). 2021, pp. 1-19.
- LARAIA, R. de B. *Cultura: um conceito antropológico*. 14ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.
- LEWIN, K. *Field theory in social science: Selected theoretical papers by Kurt Lewin*. Londres, Tavistock, 1952.
- MICHAELIS – *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Cultivar, 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cultivar/>.
- OMS – Organização Mundial da Saúde. *Who announces covid-19 outbreak a pandemic*. 2020. Disponível em: <https://www.euro.who.int/en/health-topics/health-emergencies/coronavirus-covid-19/news/news/2020/3/who-announces-covid-19-outbreak-a-pandemic>.
- PRIBERAM – *Dicionário da língua portuguesa*. Cultivar, 2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/cultivar>.
- RAPPORT, N. *Social and cultural anthropology: the key concepts*. Londres, Routledge, 2014.
- SCHEIN, E. H. *Organizational culture and leadership*. Hoboken, Wiley, 2016.
- SILVA, K. V.; SILVA, M. H. *Dicionário de conceitos históricos*. 2ª ed. São Paulo, Contexto, 2009.
- VITÓRIA, J. R.; EMMENDOERFER, M. L. *Políticas públicas de cultura*. Salvador, Motres, 2021.